



REVISTA QUAESTIO IURIS

EDITORIAL PARA O VOL. 17-4 (2024)

Maurício Jorge Pereira da Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 17, N.04, 2024.

Maurício Jorge Pereira da Mota

DOI: [10.12957/rqi.2024.90936](https://doi.org/10.12957/rqi.2024.90936)

A Revista Quaestio Iuris, indexada na Web of Science, de periodicidade trimestral, nesse volume 17, número 04, 2024, tem o prazer de informar a todos os seus leitores que nossa Revista está indexada em diversas ferramentas de código aberto que são usadas por milhões todos os dias, em universidades, empresas e bibliotecas em todo o mundo, para descobrir, conectar e analisar produtos de pesquisa. São essas as ferramentas de código aberto onde a Revista Quaestio Iuris está indexada: FATCAT; ZDB; DOAJ; WEB OF SCIENCE; WIKIDATA; SUDOC; OPENALEX; EZB e CROSSREF..

A Revista tem ainda o prazer de publicar o artigo “El impacto de la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos en la justicia constitucional mexicana” de Raul Montoya Zamora.

Nesse artigo “El impacto de la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos en la justicia constitucional mexicana” se busca explicar como a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) impactou a evolução do sistema de controle constitucional e convencional no México, a partir da análise de alguns casos contenciosos, a saber, o de Jorge Castañeda Gutman e o de Rosendo Radilla Pacheco contra o México. Da mesma forma, será feito um exercício prospectivo das implicações das decisões proferidas pela CIDH, nos casos Txompaxtle Tecpile e outros Vs. México, e García Rodríguez e outros Vs. México, na evolução do chamado controle de convencionalidade.

Para o desenvolvimento deste texto, foram utilizados os seguintes métodos jurídicos: dogmático, exegético e análise de casos, a fim de explicar e justificar que a jurisprudência da CIDH teve um impacto positivo na evolução do sistema de controle de constitucionalidade e convencionalidade no México, o que, sem dúvida, se traduz em melhores condições para que os juízes nacionais garantam a plena vigência e eficácia dos direitos humanos, nos casos em que as pessoas denunciem violações destes pelo poder público e por particulares.

Da mesma maneira que nos números anteriores, no atual volume 17, número 04, 2024, publicamos 13 (treze) artigos inéditos, sendo 04 (quatro) artigos estrangeiros: o primeiro o já citado “El impacto de la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos en la justicia constitucional mexicana”; “O teletrabalho: surgimento e progressos em Portugal”; “De la libertad de expresión a la opinión pública en la Nueva España. La protección del novohispano frente al gobierno despótico (1808-1812)” e “ ¿Estaría Aristóteles de acuerdo con el aborto y el transgénero?: el estatus epistemológico de acientífico y la ilegitimidad de las ideologías erísticas feministas y LGTBIQ+* como timón de la deriva de la sociedad en el barco de Teseo”.

Publicamos também em nossa Seção Ensaio dois estudos de políticas públicas denominados “A questão do feminismo na descolonialidade de gênero: análise quanto à aplicação da Lei Maria



da Penha para casos com mulheres trans” e ”O direito de crianças e adolescentes participarem de audiências de mediação familiar”.

Nesse número da Revista mantivemos nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, de inúmeros Estados do país e professores estrangeiros, em um total de mais de 650 (seiscentos e cinquenta) pareceristas avaliadores. Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista Quaestio Iuris está indexada. Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista Quaestio Iuris são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Maurício Mota

Editor da Revista Quaestio Iuris



Sobre o autor:

Maurício Jorge Pereira da Mota

Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1994), mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro -UERJ, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ e Procurador do Estado -Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros -IAB. Editor Chefe da Revista Quaestio Iuris e da Revista de Direito da Cidade. Coordenador do Curso de Especialização em Advocacia Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ. Membro do Fórum Permanente de Direito da Cidade da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro -EMERJ. Consultor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Privado e Direito Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: boa-fé, contratos, proteção ao devedor, políticas públicas, direito ambiental e controle da administração pública.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com

